

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CAPES – COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE
NÍVEL SUPERIOR PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
UNIVASF – UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
SEAD – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
LATO SENSU EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E QUILOMBOLA

EQUIPE DE TRABALHO

Profa. Dra. Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira

Prof. Dr. Francisco Ricardo Duarte

Dr. Bruno Cezar Silva

ADAPTAÇÃO FEITA PELA EQUIPE SAED
PARA O CURSO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Petrolina, 2026

Presidente da República Federativa do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação
Camilo Sobreira de Santana

Secretaria de Educação Superior
Marcus Vinicius David

Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior
Denise Pires de Carvalho

Diretor de Educação a Distância – DED/CAPES
Antonio Carlos Amorim

Universidade Federal do Vale do São Francisco

Reitor

Dr. Telio Nobre Leite

Vice-Reitora

Dra. Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira

Pró-Reitor de Assistência Estudantil

Dr. Clébio Pereira Ferreira

Pró-Reitor de Ensino

Dr. Marcelo Silva de Souza Ribeiro

Pró-Reitora de Extensão

Dra. Michelle Christini Araújo Vieira

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

M.Sc Kilma Carneiro da Silva Matos

Pró-Reitoria de Gestão e Orçamento

Dr. Francisco Alves Pinheiro

Pró-reitora de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação

Dra. Maria Helena Tavares de Matos

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Esp. Margareth Pereira Andrade

Secretário de Educação a Distância

Dr. Antonio Pires Crisóstomo

Coordenadora UAB

Dra Adriana Moreno Costa Silva

Coordenador do Curso

M.Sc Dandara Vieira de Alencar

(Portaria no 2237/SEAD/UNIVASF/2024)

SUMÁRIO

No	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	Identificação da Proponente	05
02	Financiamento do Curso	09
03	Identificação do Curso	09
04	Apresentação e Justificativa	11
05	Objetivos	15
06	Perfil Profissional do Egresso	16
07	Público - Alvo	16
08	Estrutura e Organização Curricular	17
09	Matriz Curricular e Ementário	17
10	Metodologia	27
11	Avaliação de Aprendizagem Discente	33
12	Trabalho de Conclusão de Curso	33
13	Referências	34

1 IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

CNPJ: 05.440.725/0001-14

Endereço: Avenida José de Sá Maniçoba S/N – Centro – Petrolina – Pe

CEP: 56.304-917

Telefone: (87) 2101-6743

Fax: (87) 2101-6774

Nome do Reitor: Telio Nobre Leite

Vice Reitora: Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira

Pró – Reitor de ensino: Marcelo Silva de Souza Ribeiro

Secretário do EaD na UNIVASF: Antônio Pires Crisostomo

Coordenação da Universidade Aberta do Brasil - Univasf: Adriana Moreno
Costa Silva

A UNIVASF é uma instituição de ensino superior vinculada ao Ministério da Educação, criada com o nome de FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO. Sua criação foi legitimada pela Lei nº 10.473 de 27 de junho de 2002 que a conferiu uma natureza fundacional, com sede na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco, possuindo campus nas cidades de Juazeiro, Senhor do Bonfim e Paulo Afonso no Estado da Bahia; São Raimundo Nonato, no Estado do Piauí e Salgueiro em Pernambuco, tendo o semiárido nordestino e o Vale do São Francisco como referenciais. Foi essa constituição multi - campi, com grande capilaridade, que determinou a pretensão de executar esta proposta em parceria com o Ministério do Turismo pela sua presença nos territórios Sertão do São Francisco Pernambuco, Sertão do São Francisco Bahia, Piemonte Norte do Itapicuru, Itaparica no Estado da Bahia; Serra da Capivara no Estado do Piauí, e Sertão Central em Pernambuco, com atuação direta em 65 municípios. Sua missão é ofertar, com excelência, atividades de ensino superior, extensão, pesquisa e inovação em diversas áreas do conhecimento, em

consonância com as demandas institucionais e de interesse público.

Possui na atualidade, trinta e um cursos de graduação, nos níveis de bacharelado e licenciatura, abrangendo as diversas áreas do conhecimento (Ciências Humanas e Sociais; Engenharias; Artes; Ciências da Saúde e Biológicas; e Ciências Agrárias); vinte cursos de especialização (pós-graduação lato sensu); vinte cursos de mestrado (pós-graduação stricto sensu) e quatro doutorados, além dos vários projetos de extensão, lhe possibilitando atuar nos territórios da sua abrangência, transformando as realidades das suas populações através das tecnologias de convivência com o semiárido; a inclusão digital; as inovações nas áreas da agricultura familiar e na agricultura com emissão de baixo carbono; a formação de formadores; a educação para o associativismo e/ou cooperativismo; o uso das plantas da caatinga como alternativas para a alimentação e a saúde humana e animal; monitoramento, conservação e recuperação ambiental, possuindo estruturas de pesquisa importantes como o Centro de Conservação e Manejo de Fauna da Caatinga (CEMA-Fauna Caatinga); o Núcleo de Ecologia e Monitoramento Ambiental (NEMA) e o Centro de Recuperação de Áreas Degradadas (CRAD), com atividades vinculadas ao Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), do Ministério da Integração Nacional. Possui o Núcleo de Inclusão, atendendo aos portadores de deficiências da região, tendo o seu trabalho reconhecido pela população e as suas famílias como de excelência.

A Secretaria de Educação a Distância (SEaD) integra a estrutura da Administração Superior da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) e atua na organização, coordenação e acompanhamento das ações acadêmicas desenvolvidas na modalidade de Educação a Distância (EaD). Em articulação com as Pró-Reitorias, unidades acadêmicas e polos de apoio presencial, a Secretaria oferece suporte pedagógico, administrativo e tecnológico para a implementação de cursos de graduação, pós-graduação, extensão e demais ações institucionais vinculadas à EaD.

Na Univasf, a Educação a Distância caracteriza-se pelo desenvolvimento de processos de ensino e aprendizagem mediados por tecnologias digitais de informação e comunicação, permitindo a interação entre docentes, estudantes, tutores e equipes de apoio em diferentes tempos e espaços. Essa modalidade busca assegurar condições adequadas de

acompanhamento acadêmico, avaliação da aprendizagem e acesso aos recursos educacionais, mantendo o compromisso com a qualidade da formação oferecida pela Universidade.

Competências da SEaD:

- planejar a execução dos cursos e atividades correlatas na modalidade a distância propostos pela SEaD e/ou oriundos de setores da Univasf.
- planejar, executar e/ou prestar suporte, monitorar e ajustar as atividades necessárias para a oferta de cursos na modalidade a distância;
- oferecer – em consonância com as Pró-Reitorias, especialmente, as de Ensino, de Pesquisa, Pós- graduação e Inovação, e de Extensão – cursos e atividades formativas, a distância, de graduação, de pós-graduação, de extensão e outros;
- ofertar e certificar cursos de capacitação na modalidade a distância e presencial;
- produzir material impresso e audiovisual que subsidie a realização dos cursos promovidos pela Secretaria;
- coordenar a central de tutoria;
- gerenciar o serviço de web conferência para os projetos da SEaD e/ou aqueles em parceria com a Secretaria;
- gerenciar a transmissão por streaming para os projetos da SEaD;
- propor alterações, alterar e gerenciar o Ambiente Virtual de Aprendizagem para as atividades a distância;
- buscar garantir a qualidade na execução dos seus serviços, especialmente quanto aos aspectos materiais e formais dos cursos ofertados;
- prestar suporte pedagógico para a realização dos cursos na modalidade EaD;
- desenvolver novas metodologias e serviços apoiados em Tecnologias da Informação Comunicação (TICs) em EaD;
- estimular e possibilitar o envolvimento da comunidade acadêmica na modalidade EaD, mediante a articulação contínua com os setores da Univasf;

- assessorar e dar suporte às iniciativas e experiências em EaD no âmbito da Univasf;
- apoiar e incentivar a produção do conhecimento em EaD;
- avaliar e assessorar projetos e experiências, na área de EaD, da Univasf e de outras instituições parceiras;
- desenvolver projetos, cursos e atividades para a modalidade a distância em parceria com outras instituições, nacionais e internacionais, públicas e privadas, governamentais e não governamentais, submetendo-os à aprovação dos órgãos de deliberação competentes; e
- promover congressos, simpósios e outros eventos sobre temas relacionados à EaD.

Estrutura da SEaD

A Secretaria de Educação a Distância (SEaD) atua com o suporte da Equipe Multidisciplinar da EaD/Capes e conta com a seguinte estrutura organizacional:

- Gabinete da Secretaria de Educação a Distância (Gabinete - SEaD);
- Coordenação Administrativa e Acadêmica (CAA - SEaD);
- Coordenadoria Geral da Universidade Aberta do Brasil (UAB) no âmbito da Univasf;
- Coordenadorias de Cursos EaD;
- Secretarias de cursos EaD
- Coordenadoria Institucional de Tutoria;
- Laboratório de Mídias;
- Núcleo de Apoio Pedagógico;
- Núcleo de Processos Seletivos;
- Núcleo de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs); e
- Demais membros(as) da Equipe Multidisciplinar da EaD/Capes.

2 FINANCIAMENTO DO CURSO

Em atendimento ao disposto no inciso VII da Resolução CONSEPE nº 55/2014, o financiamento deste curso será assegurado por recursos provenientes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Ministério da Educação (MEC). Os custos previstos para a execução deste projeto constam no Plano de Trabalho da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e serão descentralizados de acordo com o compromisso institucional de repasse pactuado entre a Univasf e a Diretoria de Educação a Distância da CAPES.

3 Identificação do Curso

Tipo do Curso – Pós - Graduação

Habilitação: Especialização Lato Sensu em Educação Escolar Indígena e Quilombola

Modalidade: Educação à Distância

Local da Oferta: A princípio, Guanambi-BA, Juazeiro-BA, Paulo Afonso BA, Salvador, Salgueiro-PE, Sobradinho-BA. No entanto, esses Polos são continuamente monitorados e, desta forma, podemos alterar para outro Polo de Apoio Presencial que esteja apto sem pendências no momento em que for divulgado o processo seletivo para seleção discente.

Quantidade de Vagas: 150 vagas, distribuídas pelos seis polos vinculados à Secretaria de Educação à Distância da UNIVASF, em cidades localizadas nos Estados da Bahia e de Pernambuco.

Modalidade de Ingresso - Edital Público de Seleção Específica publicado pela UNIVASF. As vagas serão reservadas para professor e vagas da ampla concorrência, conforme descrição a seguir:

- a. Vagas Reservadas: Cotas para egressos de Escola Pública – Lei 12.711/2017
Grupo L1: Vagas reservadas para candidatos com renda familiar bruta

per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;

Grupo L2: Vagas Reservadas para candidatos auto-declarantes pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;

Grupo L3: Vagas Reservadas para candidatos que, independentemente de renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em Escolas Públicas;

Grupo L4: Vagas Reservadas para candidatos auto - declarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente de renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em Escolas Públicas.

- b. Vagas para Professor:** Vagas destinadas aos professores que atuam regularmente na rede pública de ensino, conforme pactuado na Proposta de Articulação de que trata o Edital 75/2014- Articulação de Cursos no Sistema Universitário Aberto do Brasil. Os candidatos que optarem pelas vagas destinadas aos professores deverão informar esta opção no momento da inscrição e comprovar essa condição no ato da matrícula.
- c. Ampla Concorrência:** As vagas da ampla concorrência serão destinadas aos candidatos que não se enquadrarem nos grupos anteriormente mencionados, ou mesmo que preencham essas condições, não queiram optar por essas sistemáticas, devendo informar a opção escolhida.

Carga horária: 420 h

Tempo de duração do curso: 1 ano e 6 meses

Legislação e diretrizes consideradas: O Curso de Especialização Lato Sensu em Educação Escolar para Indígenas e Quilombolas, está respaldado pela Constituição de 1988, nos seguintes ordenamentos: LDB, nº. 9394, de 1996; Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172 de 2001; Conselho Nacional de Educação, Parecer nº 10/2002; Conselho Nacional de Educação, Resolução nº

05/2012; Decreto Presidencial nº 5.051, de 19 de abril de 2004, que promulga a Convenção 169 da OIT.

No caso da educação escolar quilombola e da formação específica para professores/as quilombolas, tem-se a seguinte legislação: Conselho Nacional de Educação, Resolução CNE/CEB nº 8 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola; Decreto Presidencial nº 5.051, de 19 de abril de 2004, que promulga a Convenção 169 da OIT.

Para a educação indígena a educação escolar se apoia nas Diretrizes Nacionais da Educação Escolar Indígena (Resolução CNE/CEB 05/2012) ao afirmar:

§ 1º: A formação inicial dos professores indígenas deve ocorrer em cursos específicos de licenciaturas e pedagogias interculturais ou complementarmente, quando for o caso, em outros cursos de licenciatura específica ou, ainda, em cursos de magistério indígena de nível médio na modalidade normal.

§ 2º: A formação inicial será ofertada em serviço e, quando for o caso, concomitante com a própria escolarização dos professores indígenas.

§ 3º Os cursos de formação de professores indígenas, em nível médio ou licenciatura, devem enfatizar a constituição de competências referenciadas em conhecimentos, saberes, valores, habilidades e atitudes pautadas nos princípios da Educação Escolar Indígena.

Atentos à legislação que garante o direito à Educação Escolar Indígena e Quilombola e reconhecendo a legitimidade das demandas dessas populações para a universidade pública é que este curso está sendo proposto.

4 APRESENTAÇÃO / JUSTIFICATIVA

A invisibilidade das populações indígenas e quilombolas tem gerado para as gerações mais jovens o desconhecimento da importância desses povos na construção da sociedade brasileira e é com a responsabilidade, ainda que tardia, que a UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco se propõe a ofertar o Curso de Especialização Lato Sensu em Educação Escolar para

formar professores com as habilidades e competências requeridas para atuarem nas escolas destinadas a esses segmentos populacionais.

Estudiosos como Benites & Silva, 2021; Santos, 2021; Almeida, 2021; Silva & Fialho, 2020, 2017; Nascimento, 2019; Silva, 2017; Santos, 2014; Leroy & Meireles, 2013; Mendonça, 2011; Vieira, 2010; Fonteles, 2009, vem evidenciando nas suas publicações, as obrigações do Estado brasileiro em garantir a essas populações o direito à Educação continuada e permanente de qualidade, considerando ser expressivo o número de professoras/es indígenas e quilombolas que possuem graduações, na maioria formados em instituições de ensino superior privadas, demandando enormes sacrifícios das suas famílias para o pagamento das mensalidades, além dos custos de manutenção em outras localidades, muitas vezes baseadas em currículos distanciados da realidade das aldeias e dos quilombos

Diante desse cenário, vale ressaltar a Resolução CNE/CEB nº 05 de 22 de junho de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica e a Resolução CNE/CEB 08/2012, no seu Art. 50, item V, que diz: a formação inicial de professores que atuam na Educação Escolar Indígena e Quilombola deverá:

Garantir a utilização de metodologias e estratégias adequadas de ensino no currículo que visem à pesquisa, à inserção e à articulação entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos tradicionais produzidos pelas comunidades indígenas e quilombolas em seus contextos sócio-histórico-culturais.

Nessa perspectiva é que a UNIVASF buscará a parceria com as Comissões de Professores Indígenas e Quilombolas dos Estados da Bahia e de Pernambuco, bem como, as Comissões das Coordenações Estaduais de Articulação das Comunidades Indígenas e Quilombolas dos referidos estados, para auxiliá-la na condução de todo processo seletivo e de execução da proposta, a fim de contribuir na superação da invisibilidade/negação imposta à diversidade étnico-cultural e racial regional nas instituições e currículos escolares, situação que solicita arranjos formativo-investigativos capazes de plena interação colaborativa, na qual professores/as, lideranças e anciãos/ãs, pesquisadores/as e sociedade, reúnam-se no desenvolvimento e estabelecimento loco-regional – simultaneamente político e científico – da

Cidadania Intercultural (Mato, 2008, 2009a, 2009b, 2010) e da Ecologia dos Saberes (Santos & Meneses, 2010), no reconhecimento da incoerência entre a expressividade demográfica da presença indígena e negra nos territórios onde o curso será ofertado.

Os números trazidos pelos autores mencionados, traduzem o esquecimento dessas populações nas políticas públicas em todos os níveis, mesmo sendo as suas comunidades de baixo IDH – Índice de Desenvolvimento Humano; estarem permanentemente em conflito pela posse da terra, ameaçada por grilheiros; não dispor de acesso a serviços básicos de água, energia, saneamento, educação de qualidade, saúde e habitação, o que justifica que a docência em suas escolas seja assumida por professoras/es indígenas, oriundos da mesma etnia e por professores/as quilombolas, em respeito às suas tradições culturais. Esta é, aliás, a orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais, tanto para a Educação Escolar Quilombola, quanto para a Educação Escolar Indígena.

Portanto, um dos caminhos para a superação da atual situação de injustiça socioeducacional vivida por indígenas e quilombolas nos Estados da Bahia e de Pernambuco, na região do semiárido, passa pelo investimento seja na formação superior seja na formação continuada/permanente de seus professores/as.

A I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena: gestão territorial e afirmação cultural, realizada em Brasília no período de 25 a 29/09/2010, deliberou que as Instituições Públicas de Ensino Superior sejam estimuladas e financiadas pelo MEC para implantar, além das licenciaturas, cursos específicos e diferenciados nas diferentes áreas de conhecimento. Ainda, que a criação de cursos aconteça a partir de diagnóstico feito nas comunidades indígenas, garantindo a participação das mesmas, inclusive, na definição de critérios para os processos seletivos diferenciados, de modo a atender as suas demandas, estimulando a ampliação de meios de ingresso e permanência de alunos indígenas em seus cursos por meio de programas de apoio pedagógico e bolsas de estudo com valores condizentes com a realidade das cidades visando a conclusão dos mesmos.

Princípio similares para políticas de formação para professoras/es quilombolas estão afirmados nas Diretrizes Nacionais de Educação Escolar

Quilombola, Art. 53, ao afirmar que a formação continuada de professores que atuam na Educação Escolar Quilombola deverá:

I - Ser assegurada pelos sistemas de ensino e suas instituições formadoras e compreendida como componente primordial da profissionalização docente e estratégia de continuidade do processo formativo, articulada à realidade das comunidades quilombolas e à formação inicial dos seus professores;

II - Ser realizada por meio de cursos presenciais ou a distância, por meio de atividades formativas e cursos de atualização, aperfeiçoamento, especialização, bem como programas de mestrado ou doutorado;

III - Realizar cursos e atividades formativas criadas e desenvolvidas pelas instituições públicas de educação, cultura e pesquisa, em consonância com os projetos das escolas e dos sistemas de ensino;

IV - Ter atendidas as necessidades de formação continuada dos professores pelos sistemas de ensino, pelos seus órgãos próprios e instituições formadoras de pesquisa e cultura, em regime de colaboração.

Na região de abrangência da Univasf, a oferta do curso por meio dos polos de Educação a Distância coordenados pela Secretaria de Educação a Distância (SEaD) amplia as possibilidades de acesso à formação continuada, alcançando professores que, em razão das distâncias territoriais e das dificuldades de deslocamento, frequentemente encontram limitações para participar de cursos presenciais. Com essa iniciativa, a SEaD/Univasf reafirma seu compromisso institucional com a formação continuada de profissionais da educação e com o fortalecimento de políticas públicas voltadas à promoção de uma educação escolar socialmente referenciada, intercultural e comprometida com os direitos dos povos indígenas e das comunidades quilombolas.

5 OBJETIVOS

5.1 GERAL

Formar profissionais de educação especializadas/os nas expressões da Interculturalidade racial e étnica no âmbito da Educação Escolar Indígena e Quilombola, na perspectiva da valorização da diversidade histórico-cultural dos saberes ancestrais.

5.2 ESPECÍFICOS

- Possibilitar aos estudantes aproximações com as dimensões político-epistêmicas; didático-curriculares; e político-gerenciais e financeiras dos desafios enfrentados pela Educação Escolar Indígena e Quilombola quando desenvolvida em busca de Interculturalidade;
- Problematicar a presença das comunidades indígenas e quilombolas no estado brasileiro e as políticas educacionais por ele desenvolvidas para essas populações;
- Discutir os vários usos históricos do conceito de interculturalidade, perseguindo a evidenciação de seus compromissos ético-políticos e dos efeitos desses na prática educativa;
- Apresentar as especificidades do conceito de educação intercultural quando interpretado à luz das tradições do pensamento decolonial, enfatizando suas relações com os conceitos de educação específica e diferenciada;
- Explorar os desafios de tal conceito no desenvolvimento de escolas indígenas e quilombolas no semiárido brasileiro, nos territórios Sertão do São Francisco Bahia e Sertão do São Francisco Pernambuco, no âmbito do desenvolvimento curricular e de recursos didáticos e da gestão escolar.

6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Os(as) profissionais formados(as) neste curso de especialização deverão estar aptos a compreender, reconhecer e desenvolver práticas pedagógicas interculturais no âmbito da Educação Escolar Indígena e Quilombola, contribuindo para o fortalecimento de processos educativos contextualizados e comprometidos com a valorização dos conhecimentos, das línguas, das culturas, dos territórios e das formas próprias de organização dos povos indígenas e das comunidades quilombolas. Espera-se que sua atuação contribua para a superação da invisibilidade histórica, cognitiva e curricular que marcou as relações entre o Estado brasileiro e esses povos e comunidades.

Para alcançar esse perfil, os egressos deverão ser capazes de articular fundamentos teóricos e práticos relacionados às dimensões político-epistêmicas, didático-curriculares e político-gerenciais da Educação Escolar Indígena e Quilombola, atuando de forma crítica e propositiva no planejamento, na gestão, na implementação e na avaliação de políticas e práticas educacionais voltadas às realidades locais, inclusive no que se refere à gestão de recursos e ao fortalecimento institucional das escolas.

7 PÚBLICO – ALVO

As vagas serão preferencialmente destinadas a trabalhadoras/es da Educação Escolar Indígena e Quilombola dos Estados de Pernambuco e Bahia, aos quais se reservam 150 vagas para os dois segmentos. Em circunstâncias nas quais o grupo das candidaturas indígena e quilombolas não alcancem o número total de vagas preferenciais, as restantes devem ser abertas para outros grupos dos municípios selecionados nos quatro polos da UNIVASF, obedecendo-se a ordem de classificação, em edital específico.

8 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

8.1 Área de conhecimento:

- Grande área: Educação
- Área e subárea de conhecimento: Tópicos Específicos em Educação

9. MATRIZ CURRICULAR E EMENTÁRIO

Os campos disciplinares deste Projeto Pedagógico do Curso possibilitarão aos estudantes estabelecer nexos e relações para a elaboração de sínteses que respondam às problemáticas significativas da formação, promovendo uma compreensão crítica dos processos educativos e dos desafios da Educação Escolar Indígena e Quilombola, em consonância com a diversidade étnico-cultural e com os direitos educacionais desses povos e comunidades.

NÚCLEO DE ESTUDOS BÁSICOS (420 horas)

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Introdução a Educação a Distância	30 h
Interculturalidade e Políticas Públicas Educacionais para populações indígenas e quilombolas	45 h
Educação Escolar Indígena e Quilombola: projetos, experimentações e desafios	45 h
Prática de pesquisa orientada 1 – Redação do Projeto de Pesquisa	30 h
Desenvolvimento curricular intercultural e Pedagogia Decolonial	45 h
Desenvolvimento de recursos didáticos em perspectiva intercultural e decolonial	45 h

Prática de pesquisa orientada 2 – Coleta de informações	30 h
Gestão escolar intercultural e decolonial: poder local, organização, luta e identidade	30 h
O lugar da escola no projeto de indígenas e quilombolas: autonomia, soberania e arranjos produtivos locais	30 h
Prática de pesquisa orientada 3 – Análise de informações e produção do TCC	30 h
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	30 h

NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES (30 horas)

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
Metodologia da Pesquisa Científica	30 h

1º Semestre - Dimensões político-epistêmicas – Carga Horária: 180h

Componente: Interculturalidade e Políticas Públicas Educacionais para populações indígenas e quilombolas

Carga Horária: 45h

Ementa: A teoria decolonial e os conceitos de interculturalidade e interseccionalidade nos processos educativos escolares e não escolares dos povos indígenas e comunidades quilombolas, com foco no Nordeste do Brasil. Relações entre Estado e projetos de autonomia dos povos e comunidades tradicionais no Brasil.

Bibliografia

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em

aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas. Ano 10 vol. 1, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/>

LACERDA, Rosane. A “Pedagogia Retomada”: uma contribuição das lutas emancipatórias dos povos indígenas entre Estado e projetos de autonomia dos povos e comunidades no Brasil. Revista de Educação. Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, V.7, N.13, 2021.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e educação intercultural. Seminario “Interculturalidad y Educación Intercultural”, Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, La Paz, 9-11 de marzo de 2009.

WALSH, Catherine (Org.). Pensamiento crítico y matriz (de)colonial: Reflexiones latino-americanas. Abya-Yala, Quito, 2005.

Componente: Introdução a Educação a Distância

Carga Horária: 30 h

Ementa: Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EAD: processos de comunicação, processos de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EAD. Ambientes Virtuais de Ensino- Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.

Bibliografia:

BÁSICA

CORRÊA, Denise Mesquita. Introdução à educação a distância e AVEA. 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014. HACK, Josias Ricardo. Introdução à educação a distância. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011. VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. Introdução à educação a distância. Fortaleza: RDS Editora, 2010

COMPLEMENTAR

LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. Educação a Distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.

MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem. São Paulo: Saraiva, 2015. MORAN, José Manuel; VALENTE,

José Armando. Educação a distância: pontos e contrapontos. São Paulo: SUMMUS, 2011.

SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. Educação e tecnologias da informação e comunicação. Salvador: UNEB/EAD, 2010.

SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015

Componente: Metodologia da Pesquisa Científica

Carga Horária: 30 h

Ementa: Fundamentos da pesquisa científica. Ética em pesquisa. Delimitação do objeto de pesquisa. Métodos e técnicas de investigação em educação, com ênfase nos contextos da Educação Escolar Indígena e Quilombola. Elaboração de projetos de pesquisa. Redação científica e normalização de trabalhos acadêmicos conforme as normas da ABNT.

Bibliografia

Básica:

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

Complementar:

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. Etnografia da prática escolar. 18. ed. Campinas: Papirus, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009.

Componente: Educação Escolar Indígena e Quilombola: projetos, experimentações e desafios

Carga Horária: 45h

Ementa: Estudo das pedagogias indígenas e quilombolas. Apresentação e análise de experiências de desenvolvimento de escolas indígenas e quilombolas.

Bibliografia

OLIVEIRA, Maria Roseane C.; ALMEIDA, Eliene Amorim. Educação específica e diferenciada do Povo Xukuru: um caminho para a decolonialidade? Cadernos de Estudos Sociais, Volume34, número2, jan./jun.2019.

NASCIMENTO, Márcia Jucilene. Por uma Pedagogia Crioula: Memória, Identidade e Resistência no Quilombo de Conceição das Crioulas - PE. Brasília: MESPT/UnB, 2017.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In. CANDAU, Vera Maria (Org.). Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.

LUCIANO, Gersem José dos Santos (Baniwa). Educação Escolar Indígena no século XXI: encantos e desencantos. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019.

LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

Disciplina: Prática de pesquisa orientada 1 – Redação do Projeto de Pesquisa

Carga Horária: 30 h

Ementa: Desenvolvimento do projeto de pesquisa a partir do qual se realizará o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Bibliografia

A ser definida posteriormente de acordo como tema da pesquisa para cada participante.

2º Semestre - Dimensões didático-curriculares -180h

Disciplina: Desenvolvimento curricular intercultural e Pedagogia Decolonial

Carga Horária: 45 h

Ementa: Breve introdução às teorias do currículo (perspectivas, interesses e projetos de sociedades). Currículo como espaço de produção de conhecimento, poder e identidade. A construção de currículos contra-hegemônicos para as escolas indígenas e quilombolas: específico, diferenciado, intercultural e (de)colonial de forma que responda: que escola temos? Que sociedade queremos? Que futuro almejamos?

Bibliografia

FERREIRA, M. Rosiclaudia dos Santos. A pedagogia de Valdeci: lutas e papel sociopolítico de uma professora quilombola no Sertão de Pernambuco. In: Revista EntreRios - PPGANT -UFPI -Teresina, 2020. Vol. 3, n. 1. p. 27 - 42.

LANDA, Mariano Baez; HERBETTA Alexandre Ferraz (Orgs.). Educação indígena e interculturalidade: um debate epistemológico e político – Educacion indigena e interculturalidad: un debate epistemologico y politico (Bilingue). Goiania, Editora da Imprensa Universitária, 2017.

NASCIMENTO, André Marques do. Desafios à Elaboração Curricular para a Educação Escolar Indígena: reflexões e alternativas de enfrentamento dos povos Karajá Xambioá e Guaraní. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 95-145, jan./jun. 2013.

NASCIMENTO, Rita Gomes. Escolas indígenas na articulação de saberes e práticas comunitárias: as experiências curriculares e de gestão entre os Tremembé no Ceará e os Pankará em Pernambuco In: MONTECHIARE, Renata; LÁZARO, André (Orgs.). Educação e práticas comunitárias: educação indígena, quilombola, do campo e de fronteira nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. 1. ed. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Brasília, 2020.

REVISTA CURRÍCULO SEM FRONTEIRAS. Seção Especial: Povos Ameríndios e Educação. Editoras Convidadas: Iara Tatiana Bonin (ULBRA) e Maria Aparecida Bergamaschi (UFRGS). Vol 10, Núm 1, Jan/Jun 2010. Disponível em

<http://www.curriculosemfronteiras.org/>

SILVA, Givânia Maria da. As diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola e os desafios da efetivação. In: MONTECHIARE, Renata; LÁZARO, André (Orgs.). Educação e práticas comunitárias: educação indígena quilombola, do campo e de fronteira nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. 1. ed. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Brasília, 2020.

SILVA, T. T. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SILVA, T. T.; MOREIRA, A. F. (Orgs.). Currículo, cultura e sociedade. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Disciplina: Desenvolvimento de recursos didáticos em perspectiva intercultural e decolonial

Carga Horária: 45 h

Ementa: Prioridades de conhecimento para os povos indígenas e comunidades quilombolas como referência de suas práticas escolares. Metodologias educacionais para a produção de recursos didáticos (livros, cordéis, filmes, painéis, catálogos etc.). Histórias e culturas indígenas e quilombolas em interface com conhecimentos disciplinares não-indígenas e não-quilombolas.

Bibliografia

CUSTÓDIO, Elivaldo S.; FOSTER, Eugénia da Luz S. Educação escolar quilombola no Brasil: uma análise sobre os materiais didáticos produzidos pelos sistemas estaduais de ensino. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 74, p. 193-211, mar./abr. 2019.

LINS, Leonardo Diego. Interculturalidade no ensino de física na educação escolar indígena: a construção do livro didático para uma aprendizagem significativa. Salvador, Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEDUC, Campus I, 2019, 209p.

MOURA, Bianca C. et al. Povo Pankararu: o bem viver de um povo indígena do Sertão. In: GERVAIS, Ana Maria D. et al. (Org.). Agroecologia e territórios:

imersões, sujeitos experiências e cominhos para o desenvolvimento territorial. Recife: EDUFRPE, 2020, p. 67-88.

OLIVEIRA, E. G. S.; CAVALCANTE, M. S. T. (Org.). Memórias e vivências: saberes e fazeres nas Escolas Indígenas Pankararu. Petrolina: IF SERTÃO PE, 2019.

PROFESSORES E PROFESSORAS INDÍGENAS XUKURU DO ORURBÁ. Xukuru: filhos da mãe natureza. Uma história de resistência e luta. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, 1997.

PROFESSORES E PROFESSORAS INDÍGENAS EM PERNAMBUCO. Meu povo conta. Belo Horizonte: UFMG/SECAD-MEC, 2007.

PROFESSORAS TRUKÁ. No reino da Assunção, reina Truká. Belo Horizonte: UFMG/SECAD-MEC, 2006.

PROFESSORASE PROFESSORES PANKARARU. Pankararu. Recife: SEDUC/PE, 2018.

SILVA, Sidnei Felipe da.; LEITE, Cristina Maria Costa. O Etnomapeamento Potiguara das Terras Indígenas da Paraíba: as possíveis abordagens de Etnomapas como recurso didático na Etnoeducação. Pesquisar: Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia. V.6, n.11, novembro de 2018, UFSC, 67-80p.

SILVA, Wagner de Jesus; SILVA-CASTRO, Milene Maria da. Conhecimento quilombola e plantas medicinais: recursos didáticos para o ensino de ciências. ODEERE – Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade. Ano 2019, Volume 4, número 8, Julho – Dezembro de 2019, 364-379p.

Disciplina: Prática de pesquisa orientada 2 – Coleta de informações

Carga Horária: 30h

Ementa: Desenvolvimento orientado da pesquisa. Coleta e análise das informações, teorização e escrita na forma de TCC (monografia, artigo etc.)

Bibliografia

A ser definida de acordo com o tema da pesquisa

Disciplina: Gestão escolar intercultural e decolonial: poder local, organização, luta e identidade

Carga Horária: 30 h

Ementa: A gestão escolar em territórios étnicos em diálogo com os estudos de organização social, burocracia e relações de poder.

Bibliografia

GADOTTI, Moacir. Dois mitos e um parecer: o dia em que Rubem salvou Paulo da burocracia educacional. [Depoimento a Bruno Mazzoco]. Nova Escola[S.l: s.n.], 2015.

MENDONÇA, Caroline; LOPES, Luciete. Organização Social, Parentesco e Gestão Escolar: contextos indígenas e quilombolas. Material didático da Especialização Intercultural no Pensamento Decolonial. IF-Sertão, 2013.

SOUZA, Ângelo Ricardo De. A natureza política da gestão escolar e as disputas pelo poder na escola. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro , v. 17, n. 49, Apr. 2012
KUNRATH, Zenaide Borre; CECCHETTI, Elcio. Educação intercultural crítica e suas potencialidades para outra gestão escolar. ETD: Educação Temática Digital, v. 23, n. 3, p. 658-676, 2021.

LOMBARDI, José Claudinei; MINTO, Lalo Watanabe; ANDREOTTI, Azilde L. História da administração escolar no Brasil: do diretor ao gestor. Campinas: Alínea, 2010.

ABDALLA, Márcio Moutinho; FARIA, Alexandre. Em defesa da opção decolonial em administração/gestão. Cadernos Ebape. br, v. 15, p. 914-929, 2017.
NASCIMENTO, A. C. Escola Indígena: palco das diferenças. Campo Grande: UCDB, 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

Disciplina: O lugar da escola no projeto de indígenas e quilombolas: autonomia, soberania e arranjos produtivos locais

Carga Horária: 30 h

Ementa: A escola a serviço de projetos societários anticapitalistas. Território, territorialidade, Bem Viver e Natureza. Ciência e Tecnologia a serviço dos arranjos produtivos locais indígenas e quilombolas.

Bibliografia

ADORNO, Theodor W. A educação contra a barbárie. In: Educação e Emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, 155-168.

MENDONÇA, Caroline. “Retomada da educação escolar”: Um estudo sobre educação, território e poder na experiência Pankará. Interterritórios. Revista de Educação. Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, BRASIL. V.5 N.9 2019.

SILVA, Givânia Maria da. Educação como processo de luta política: a experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de Conceição das Crioulas. Brasília, PPG em Educação-UNB, 2012, 199p

SILVA, Rosa Helena Dias da. Movimentos indígenas no Brasil e a questão educativa - Relações de autonomia, escola e construção de cidadanias. Revista Brasileira de Educação Jan/Fev/Mar/Abr 2000 N ° 13.

SOUZA, Maria Aparecida de Oliveira. “Negras nós somo, só não temo o pé no torno”: a identidade negra e de gênero em Conceição das crioulas, Contendas/Tamboril e Santana. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Tese de doutorado em História.

ANJOS, José C.; LEITÃO, Leonardo. Etno-desenvolvimento e mediações políticas e culturais no mundo rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Juiz de Fora: UFJF, 2010.

GERVAIS, Ana Maria D. et al. (Org.). Agroecologia e territórios: imersões, sujeitos, experiências e cominhos para o desenvolvimento territorial. Recife: EDUFRPE, 2020, p. 67-88.

3º Semestre - Culminância – 60 h

Disciplina: Prática de pesquisa orientada 3 – Análise de informações e produção do TCC

Carga Horária: 30 h

Ementa: Desenvolvimento orientado da pesquisa. Coleta e análise das informações, teorização e escrita na forma de TCC (monografia, artigo etc.)

Bibliografia

A ser indicada de acordo com o tema da pesquisa

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

Carga Horária: 30 h

Ementa: Apresentação dos TCC

10. METODOLOGIA

A metodologia utilizada se apoia em alguns princípios básicos que são importantes para atuar nos campos da formação continuada/permanente de professoras/es da Educação Escolar Indígena e Quilombola, a saber:

- I. compreensão de que cada povo/comunidade tem seu sistema educativo próprio e a escola é apenas mais um espaço do mesmo;
- II. professores/as, lideranças e comunidades são atores/autores de seus processos educativos;
- III. a formação de professores/as está associada à vida do povo/comunidade, ou seja, educação, territorialidade, subsistência, saúde, atividades produtivas fazem parte de uma mesma luta e dos mesmos processos vivenciados pelos povos indígenas e comunidades quilombolas.
- IV. a gestão do desenvolvimento do curso deve ser feita, portando, de modo dialogado e compartilhado coordenação com as lideranças dos povos e comunidades.

A metodologia de ensino está amparada na legislação educacional em vigor para as escolas indígenas e quilombolas, com destaque para a Resolução 05/2012 e a Resolução 08/2012, ambas do Conselho Nacional de Educação. A escolha por um currículo “transdisciplinar”, contribuirá para a superação da colonização disciplinar abrindo possibilidades para a diversidade epistemológica

das civilizações, uma vez que foi construído com os sujeitos da ação e não para eles. Como afirma Grosfoguel (2007, p. 34-35), essa conduta atribui qualidade ao processo na medida em que atua com base na realidade e nos problemas a serem solucionados.

Se a epistemologia não apenas tem cor, mas também tem sexualidade, gênero, espiritualidade cosmológica, classe etc., não é possível assumir o mito ou a falsa premissa da neutralidade e objetividade epistemológica como pretendem as ciências ocidentais.

[...] Os estudos étnicos redefinidos como “estudos descoloniais transmodernos” dariam uma contribuição importantíssima não somente ao saber acadêmico senão à liberação como projeto de descolonização (epistêmica, social, política, econômica e espiritual) dos grupos oprimidos e explorados pelo racismo capitalista/patriarcal ocidental do sistema-mundo moderno/colonial (Grosfoguel (2007).

Orientadas/os por esse entendimento, temos apresenta-se aqui a metodologia de ensino que considera os seguintes procedimentos:

- articulação com outras áreas do conhecimento, além da Educação, com destaque para a Filosofia latino-americana, História, Antropologia, consequentemente, com pesquisadores/as destas áreas e pesquisadores/as indígenas e quilombolas; sábios e anciãos indígenas e quilombolas;
- incorporação dos saberes e metodologias desenvolvidas pelos/as professores/as indígenas e quilombolas cursistas;
- realização de atividades coletivas nas aldeias e comunidades;
- atenção e sistematização da voz e conhecimentos produzidos pelos/as professores/as indígenas e quilombolas cursistas, conceitualizando o seu conteúdo buscando compreender a historicidade e a racionalidade presentes;
- produção de um material teórico e pedagógico que apresente e explique as dinâmicas educacionais nas áreas ministradas no curso a partir das teorias da educação e decolonialidade. Por isso o curso tem cada um de seus quatro semestres uma disciplina de Prática de Pesquisa Orientada,

cuja carga-horária deve ser cumprida in loco, nas escolas nas quais as/os cursistas atuam.

O contraste com as duas outras disciplinas do semestre, de natureza temática, evidencia a ênfase experimental do curso, que pressupõe um percurso formativo a ser desenvolvido singularmente por cada estudante tendo como referência, as questões que orientam seus projetos de pesquisa, necessariamente relativos às necessidades e demandas das escolas específicas, diferenciadas e interculturais que têm como desafio ajudar a efetivar.

Para a execução do Curso, são necessários os seguintes sujeitos e suas respectivas atribuições:

Coordenador (a) de Polo – Servidor(a) da Secretaria Estadual de Educação do Estado onde o curso for implantado, lotado na unidade gestora regional de educação responsável pela gestão do polo, com conhecimento técnico dos recursos das tecnologias da informação e da comunicação que são necessários para as atividades desenvolvidas no polo, tendo as seguintes atribuições:

- Supervisionar e articular as atividades desempenhadas no polo de apoio presencial, como orientações e avaliações presenciais; atividades laboratoriais; manutenção da estrutura física e logística do polo, garantindo a qualidade do serviço de biblioteca e laboratório de informática, dentre outras.
- Acompanhar o trabalho dos mediadores presenciais do polo.

Coordenador(a) de Curso - Professor(a) graduado(a), preferencialmente Doutor (a), com experiência mínima de 01 anos em docência do ensino superior, sendo suas atribuições:

- Coordenar, avaliar e homologar a produção dos materiais didáticos desenvolvidos para o curso;
- Garantir a coesão dos pressupostos didático – pedagógicos do curso;
- Estimular o desenvolvimento de interações e relações interdisciplinares e transversais ao curso e aos componentes curriculares;
- Participar da definição do calendário acadêmico e da sugestão de agenda de trabalhos para os alunos;

- Acompanhar a dinâmica do curso, observando indicadores de evasão e avaliação;
- Promover ações de articulação e mobilização da equipe para a interação e integração da equipe de mediação pedagógica;
- Conduzir o processo seletivo para a escolha dos professores envolvidos no curso, presidindo a comissão formada para tal fim;
- Analisar e emitir pareceres acerca de procedimentos acadêmicos e administrativos associados ao curso;
- Atender a outras demandas do curso solicitadas pela Secretaria de Educação à Distância.

Coordenador (a) de Tutoria – Profissional da área de educação, preferencialmente mestre ou doutor (a), com experiência mínima de 01 ano em ensino superior e EAD, sendo suas atribuições:

- Participar das atividades de capacitação e atualização;
- Acompanhar o planejamento e o desenvolvimento de processos seletivos de tutores (as), em conjunto com o coordenador(a) do curso;
- Acompanhar as atividades acadêmicas do curso;
- Verificar in loco o bom funcionamento do curso;
- Informar para o(a) coordenador (a) do curso qual a relação mensal de tutores aptos e inaptos para recebimento de bolsas;
- Acompanhar o planejamento e desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos tutores envolvidos no programa;
- Acompanhar e supervisionar as atividades dos tutores;
- Encaminhar à coordenação do curso relatório semestral de desempenho da tutoria;
- Atender a outras demandas do curso solicitadas pela Secretaria de Educação à Distância.

Professor(a) Regente - Professor (a) graduado (a), preferencialmente mestre ou doutor (a) na área de conhecimento, com experiência mínima de 01 ano como docente do ensino superior e disponibilidade para dedicar-se a 20 horas

semanais de atividades, sendo suas atribuições:

- Discutir e elaborar o Plano de Curso do componente curricular;
- Elaborar as atividades e apostilas necessárias para a disciplina pela qual é responsável;
 - Montar a disciplina na plataforma EAD;
 - Gravar e inserir as vídeo aulas;
- Sugerir uma agenda de trabalho para nortear a interação e dedicação dos alunos;
- Propor atividades à distância que favoreçam a autonomia e colaboração, visando à aprendizagem entre os sujeitos;
- Planejar e executar o processo de avaliação para seu componente curricular, contemplando avaliações presenciais e a distância;
 - Participar das atividades presenciais previstas nos polos;
- Participar dos cursos de capacitação promovidos pela Secretaria de Educação à Distância;
- Enviar relatório mensal de atividades que ateste o cumprimento das atividades.

Mediador Pedagógico (On-line) – Graduado (a) em educação especial e/ou pedagogia, com no mínimo o título de especialista, preferencialmente com experiência em docência do ensino superior e obrigatoriamente com disponibilidade de 20 horas semanais para atuação on line, sendo suas atribuições:

- Acompanhar e intervir nas atividades on line propostas e avaliar os trabalhos dos alunos;
- Atender aos questionamentos dos alunos e auxiliá-los no desenvolvimento das atividades para atingimento dos objetivos do curso;
- Estabelecer contato direto com os demais sujeitos do processo de mediação para troca de informações, experiências e solução de problemas;
- Fomentar condições para que os estudantes possam organizar os seus estudos, com a formação de grupos de estudos on line;
- Articular a participação dos estudantes do curso em eventos on line;
 - Interagir com os tutores presenciais no acompanhamento do aluno;
- Auxiliar o professor formador no planejamento e execução do processo

de avaliação para o seu componente curricular, contemplando avaliações presenciais e à distância;

- Enviar relatório de atividades mensalmente atestando o cumprimento das atividades

Mediador Pedagógico (Presencial) – Graduado (a) em educação especial e/ou pedagogia, com no mínimo o título de especialista, preferencialmente com experiência docente em ensino superior na referida área e obrigatoriamente com disponibilidade de 20 horas semanais para as atividades do curso, sendo suas atribuições:

- Prestar informações aos alunos sobre a organização e a estrutura do curso;
 - Acompanhar encontros presenciais e avaliações;
- Fomentar condições para que os estudantes possam organizar os seus estudos, com a formação de grupos de estudos presenciais;
 - Acompanhar as atividades do polo sob a sua responsabilidade;
- Interagir com os tutores on line na discussão do desenvolvimento do aluno e de outras questões teóricas;
- Discutir com os professores formadores e a coordenação do curso, estratégias de permanência de alunos em potencial evasão;
- Emitir relatórios periódicos sobre o processo de mediação presencial para o coordenador (a) do polo, coordenadores (as) de cursos e professores formadores;
- Articular a participação dos estudantes do curso em eventos on line (seminários, simpósios, congressos, feiras, dentre outros) que aconteçam nas instituições de ensino superior nacionais;
- Participar dos encontros presenciais nos polos;
- Participar dos cursos de capacitação promovidos pela Secretaria de Educação à Distância;
- Enviar relatório mensal que ateste o cumprimento das atividades.

11. AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM DISCENTE

A avaliação dos/as alunos/as ocorrerá em função da participação e envolvimento nas atividades, presenciais e à distância; participação que encontrará como indicadores a realização das atividades desenvolvidas, grupal ou individualmente, em cada disciplina, bem como dos TCCs

A frequência discente mínima ao curso é de 75% (setenta e cinco por cento) de sua carga-horária total. Trata-se de pré-requisito parcial para a certificação às/aos estudantes que tiverem obtido sucesso em alcançar as notas necessária à aprovação. O controle de frequência será feito pelo uso do diário de classe, cuja responsabilidade será do professor regente da disciplina.

12. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

Os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) deverão ser desenvolvidos individualmente, considerando e valorizando as experiências pedagógicas construídas ao longo do curso e aquelas vivenciadas pelos(as) estudantes em suas práticas nas escolas indígenas e quilombolas. Os trabalhos deverão dialogar com os saberes, os territórios, as culturas e as demandas de suas aldeias e comunidades, reconhecendo os(as) cursistas como professores(as) e lideranças comprometidos(as) com o fortalecimento da educação escolar indígena e quilombola.

O TCC poderá tomar qualquer forma final: textos, audiovisuais, ensaio fotográfico, relatórios, portfólios etc., a depender da decisão tomada conjuntamente entre orientador(a) e estudante. O certificado de Especialista será emitido pela UNIVASF ao aluno (a) que tiver atendido a todas as exigências normativas do curso.

13.REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Da invisibilidade étnica à etnogênese: histórias e identidades de índios e negros em abordagem articulada e comparativa. História (São Paulo), v. 40, 2021.

ATHIAS, Renato. Povos indígenas de Pernambuco: identidade, diversidade e conflito. Editora Universitária UFPE, 2007.

BENITES, Flávio Joselino; SILVA, Edson Hely. O índio "integrado" e "assimilado": a construção de estereótipos sobre os indígenas no Nordeste do Brasil. Geoconexões online, v. 1, n. 2, 2021.

CANDAU, V. M. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. Rio de Janeiro: PUC, 2011.

FONTELES, Lidianny Vidal. Da invisibilidade ao reconhecimento: regularização fundiária e a questão quilombola no Ceará. 2009.

LEROY, Jean Pierre; MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade. Povos indígenas e comunidades tradicionais: os visados territórios dos invisíveis.

Porto, MF; Pacheco, T.; Leroy, JP (Org.). Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, p. 115-122, 2013.

MATO, Daniel (coord.). Educación Superior, Colaboración Intercultural y Desarrollo Sostenible/Buen Vivir. Experiencias en América Latina. Caracas: UNESCO-IESALC, 2009.

MATO, Daniel (Cord.). Diversidad cultural e interculturalidad en educación superior. Experiencias en América Latina. Caracas: IESALC-UNESCO, 2008.

MATO, Daniel (Cord.). Instituciones Interculturales de Educación Superior en América Latina. Procesos de construcción. Logros, Innovaciones y Desafíos. Caracas: IESALC-UNESCO, 2009b.

MENDONÇA, Caroline Farias Leal; ANDRADE, Lara Erendira Almeida. Política de aliança entre indígenas e quilombolas no sertão pernambucano. In:comunicação ao 28 Congresso da Asociación Latino Americana de Sociología, Recife, FECHA CONGRESO . 2011.

NASCIMENTO, Poliana de Sousa. Seguindo o fluxo do Rio: tempo, tradição e emergência étnica em contextos de resistências no Sertão de Itacuruba-PE. *História Unicap*, v. 6, n. 12, p. 250-258, 2019.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (org). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. SANTOS, Jucélia Bispo dos et al. *Comunidades quilombolas do Portal do Sertão da Bahia: direito, território e identidade*. 2014.

SANTOS, Paula Odilon. "Estuciando" o Barulho do Quilombo no Sertão: Cariacá e Lajedo, entrelaçares identitários, insurgências, lutas e resistências. 2021.

SILVA, Edson Hely. Índios no Nordeste: por uma história socioambiental regional. *Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades*, n. 240, p. 117-136, 2017.

SILVA, Luclécia CM; DE CARVALHO NETO, Moisés Felix; BUSSO, Adriana Fernanda. *Comunidades quilombolas do sertão de Pernambuco: diálogos sociopolíticos na construção de uma educação emancipatória*. 2017.

SILVA, Whodson; FIALHO, Vânia. Povos e Comunidades Tradicionais em confronto com megaprojetos energéticos no Sertão de Pernambuco. *Revista Internacional de Folkcomunicação*, v. 18, n. 40, p. 143-164, 2020.

SILVA, Whodson; FIALHO, Vânia. Sobre sujeitos e mapas: ausências e emergências dos indígenas nas cartografias do Sertão de Itaparica. *REFLEXÕES SOBRE O SEMIÁRIDO*, p. 34, 2017.

VIEIRA, Jorge Luiz Gonzaga. Povos do sertão de Alagoas: confinamento, diáspora e reterritorialização. *Revista Incelências*, v. 1, n. 1